

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Poder em Jogo](#) 3

O Estado de S. Paulo

[Título: Direto da fonte](#) 4

Valor Econômico

[Título: Indústria naval quer índice de conteúdo local de 40% em edital de leilão do pré-sal](#) 11

Sumário

VEÍCULO: O Globo 3

Título: Poder em Jogo 3

Título: Laudo confirma vazamento de rejeitos de mineradora no Pará 3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 4

Título: Direto da fonte 4

Título: CSN promete vender fatia da Usiminas no 1º semestre 5

Título: BNDES quer ser o banco de investimento da União 5

Título: Carro elétrico é risco ao setor, diz PSA	6
Título: Queiroz Galvão renegocia R\$ 10 bilhões com bancos	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Investimentos em energia quadruplicam	9
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Indústria naval quer índice de conteúdo local de 40% em edital de leilão do pré-sal	11
Título: Rentabilidade e custo do capital no setor elétrico	13
Título: Presidente da francesa PSA tem visão crítica sobre carro elétrico	15
Título: Destaques	17
Título: Conflito societário pode afetar planos da CPFL Renováveis.....	18
Título: Engie prevê crescimento no negócio de transmissão.....	19
Título: Laudo aponta contaminação da Alunorte no PA	21
Título: Ultra vê crescimento mais lento no 1º tri.....	22
Título: Conselheira do Cade tenta viabilizar compra da Liquigás pela Ultragas	23
Título: Curtas	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Página 2 / colunas****Autor: Lydia Medeiros****Título: Poder em Jogo**

Agenda cheia

O **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, avisou as associações do setor elétrico que enviará ao Congresso um projeto de reforma antes de deixar o cargo para disputar a eleição. O texto, que está na Casa Civil, contém propostas para reestruturar a área, em crise desde 2013 por causa de decisões do governo Dilma Rousseff. O ministro quer tentar destravar o projeto Gás para Crescer. Toda a cadeia do setor já discutiu novas regras para a abertura do mercado livre de gás natural. A proposta está emperrada na Comissão de Minas e Energia da Câmara, por causa de divergências sobre a cobrança de tributos nos estados.

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor:****Título: Laudo confirma vazamento de rejeitos de mineradora no Pará**

Relatório aponta contaminação por resíduos tóxicos em Barcarena.

Áreas no Nordeste do Pará foram contaminadas pelo vazamento de rejeitos de bauxita da barragem da mineradora norueguesa Hydro Alunorte, segundo laudo divulgado ontem pelo Instituto Evandro Chagas, em Belém. O relatório aponta que houve contaminação ambiental em três comunidades do município de Barcarena, que fica a 15 quilômetros de Belém. Em nota, a empresa disse que irá analisar o laudo para se pronunciar. Antes do laudo, a mineradora negou por duas vezes a contaminação. “A Hydro Alunorte reitera que seus depósitos de resíduos são seguros e, mesmo com as intensas chuvas na região de Barcarena, não houve qualquer tipo de vazamento ou rompimento”, informou o texto divulgado pela empresa na última quarta-feira.

— Foi constatado que houve vazamento das bacias de rejeitos da bauxita. Fotografamos os efluentes invadindo a área ambiental — disse ontem o pesquisador Marcelo de Oliveira Lima, do Evandro Chagas. A suspeita de vazamento de rejeitos começou no último sábado. Moradores do local registraram imagens da alteração na cor da água do rio que passa pelo município. No domingo, uma inspeção da Secretaria estadual de Meio Ambiente descartou o vazamento. No entanto, o Ministério Público estadual e o

Ministério Público Federal iniciaram investigações e solicitaram que o Instituto Evandro Chagas analisasse amostras da água. Na última segunda-feira, a Câmara dos Deputados criou uma comissão externa para acompanhar as investigações.

Segundo o site G1, o laudo do instituto aponta que os índices de sódio, nitrato e alumínio estavam acima do permitido, além do PH estar no nível 10. As amostras analisadas também indicaram alto nível de chumbo. De acordo com Marcelo Lima, o estado da água é “nocivo aos seres vivos”. — A empresa fez uma ligação clandestina para eliminar esses efluentes contaminados que estavam acumulados dentro da fábrica para fora da área industrial, contaminando o meio ambiente e chegando às comunidades — afirmou Marcelo Lima ao G1.

De acordo com a perícia, a empresa não tem capacidade de tratar os seus efluentes, e o Instituto Evandro Chagas recomenda que, neste momento de chuvas fortes, seja reduzida ou suspensa a produção, porque as bacias não irão suportar o grande acúmulo de material. Já foram instaurados dois inquéritos pelo Ministério Público do Pará para apurar as denúncias de vazamentos ocorridos em Barcarena. Um inquérito civil foi instaurado pela Promotoria de Justiça de Barcarena e está sendo elaborado a partir de informações colhidas por promotores de Justiça. O segundo inquérito, instaurado pela promotora Eliane Moreira, da 1ª Região Agrária, apura os impactos socioambientais provocados pelo vazamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2 / colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da fonte

Luzes pro Brasil

Wilson Ferreira, da Eletrobrás, saiu entusiasmado da conversa com Rodrigo Maia e José Carlos Aleluia – relator da comissão formada para discutir o PL da privatização da estatal. O encontro, na quarta de manhã na casa do presidente da Câmara, em Brasília, foi produtivo. “Rodrigo se mostrou muito proativo. E pediu celeridade a Aleluia para fechar e instalar a comissão até fim de semana”, contou Ferreira, ontem, à coluna.

Luzes 2

Maia, segundo o presidente da Eletrobrás, se disse favorável ao PL, alinhando-se às propostas do **ministro Fernando Coelho (Minas e Energia)**. E mais. “Rodrigo falou ali que gostaria de ver os trabalhos da comissão concluídos até o final de

março ou começo de abril, para poder leva-los à votação em plenário até dia 15 desse mês”. Tomara.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Fernanda Guimarães

Título: CSN promete vender fatia da Usiminas no 1º semestre

Depois de sondar o mercado sobre a venda de sua participação na Usiminas em janeiro, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) não deu data, mas informou, nos bastidores, que o negócio ocorrerá no primeiro semestre deste ano. O processo será feito por meio de um "block trade" - venda de um lote de ações em leilão na Bolsa. Apesar de não demonstrar pressa, a saída do capital de sua concorrente é uma exigência dos bancos credores para o alongamento da dívida bilionária da usina de Volta Redonda (RJ). Com o Banco do Brasil (BB), o acordo já foi fechado. Com a Caixa, a CSN ainda segue em tratativas e um desfecho só é esperado para março. Procurada, a CSN não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Vinicius Neder

Título: BNDES quer ser o banco de investimento da União

Conselho deve aprovar atuação mais ativa no mercado de renda fixa para financiar concessões e um reforço na estruturação de projetos.

O novo planejamento estratégico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que está para ser aprovado pelo conselho de administração, prevê focar a instituição de fomento ainda mais no financiamento à infraestrutura. Atuação mais ativa no mercado de títulos de renda fixa para financiar concessões e um reforço no trabalho de estruturação de projetos são algumas das medidas em estudo. Segundo o diretor de Planejamento, Carlos Da Costa, a ideia é transformar o BNDES em um “banco de investimentos” da União. “Vamos trabalhar continuamente com o governo para definir o que desestatizar, qual a ordem, como fazer, como o marco regulatório afeta (os projetos de concessão). É o papel de um banco de investimentos”, afirmou Costa. Atrair capitais privados para o financiamento à infraestrutura será fundamental, porque, na visão de Costa, coordenador do planejamento estratégico, o BNDES será um banco de R\$ 90 bilhões de desembolsos ao ano. (...)

Para o BNDES assumir o papel de “banco de investimentos” da União, outra medida em estudo é fortalecer a área de desestatização. Com isso, além de coordenar processos de privatização, como faz hoje com as distribuidoras de eletricidade controladas pela Eletrobrás e as companhias estaduais de saneamento, o BNDES também participaria do desenho inicial dos projetos tanto de venda de ativos da União quanto de concessões de ferrovias, rodovias e aeroportos. Na visão do consultor Cláudio Frischtak, da Inter.B Consultoria, o papel do BNDES deveria ser justamente o de desenvolver projetos. Mas, atualmente, o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), comandado pelo ministro Moreira Franco, não tem a necessária capacidade operacional, até mesmo de pessoal, para executar as mudanças, opina.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cleide Silva

Título: Carro elétrico é risco ao setor, diz PSA

Presidente global do grupo afirma que custo da transição é altíssimo e que montadoras só investem na tecnologia por exigência política.

O processo de eletrificação dos automóveis em andamento em vários países, especialmente os europeus, pode colocar em risco a sobrevivência de empresas do setor. A preocupação é do presidente mundial do grupo PSA Peugeot Citroën, Carlos Tavares, para quem a urgência em mudar a forma de abastecimento é uma exigência “política”, que vem de governos, e não do setor automobilístico. “O custo dessa transição é enorme e quem não cumprir as etapas até 2030 receberá multas exorbitantes, o que poderá matar a empresa”, diz o executivo português. Há quatro anos ele assumiu o comando da PSA, grupo que esteve à beira da falência em 2012, voltou a ser lucrativo e comprou da General Motors, no ano passado, a fabricante europeia Opel. Tavares esteve esta semana no Brasil, em visita à fábrica em Porto Real (RJ) e falou a um grupo de jornalistas sobre suas preocupações com as mudanças que o setor automotivo enfrenta nesse momento em que a maioria das montadoras estabeleceu prazos para priorizar modelos elétricos e híbridos em substituição aos movidos a motores a combustão.

Ele reclama que não há debate aberto sobre como será gerada a energia – se vier do carvão, por exemplo, o processo gera poluentes. “Não se fala sobre as emissões das fábricas de baterias e o processo de reciclagem dessas baterias”, acrescenta o executivo, que também tem dúvidas sobre a capacidade de geração de energia para abastecer toda a nova frota, sobre os custos dessa energia e a infraestrutura para abastecimento. A indústria automobilística emprega na Europa 12,6 milhões de trabalhadores, informa Tavares, que

também preside a Acea, associação das montadoras europeias. A entidade é outra crítica da forma como legisladores do Parlamento Europeu estão impondo as regras para reduzir emissões.

O movimento se intensificou após o escândalo do “diesel gate”, envolvendo manipulação de testes para encobrir emissões de carros a diesel. O presidente da Volkswagen na América do Sul e Brasil, Pablo Di Si, ressalta que, nos mercados mais avançados, a venda de carros elétricos é suportada por subsídios governamentais que não poderão ser mantidos por muito tempo. Ele defende, contudo, a eletrificação no longo prazo pois será a base para os carros autônomos. Lançamento. Apesar das críticas, a PSA se prepara para lançar modelos 100% elétricos em 2019 e afirma que terá versões elétricas ou híbridas de toda sua gama de produtos até 2025.

“Optamos por desenvolver tecnologia própria e faremos vários componentes próprios”, diz o executivo, que não revelou investimentos. Outra justificativa para a corrida ao carro elétrico, diz Tavares, é o receio das companhias europeias em perder espaço para a China, que já declarou que pretende liderar o processo global de eletrificação. “Ou nos adaptamos, ou morremos.” O Brasil, de certa forma, está mais distante dessa discussão. “O carro flex é um fator positivo pois já permite avanços”, diz Tavares, se referindo às exigências de redução de CO2 previstas na Cop-21, a conferência sobre mudanças climáticas. “Os objetivos impostos na Europa são mais severos que os da Cop- 21”, ressalta. / COLABOROU ANDRÉ ÍTALO ROCHA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Renée Pereira

Título: Queiroz Galvão renegocia R\$ 10 bilhões com bancos

Reestruturação. Envolvimento na Lava Jato e crise financeira fizeram o faturamento do grupo despencar, comprometendo o pagamento de empréstimos; só em 2017, a construtora da companhia, uma das maiores do País, deixou de honrar R\$ 1,1 bi em dívidas.

Após 14 meses de negociações, o processo de reestruturação das dívidas do grupo Queiroz Galvão, que somam R\$ 10 bilhões, está entrando na reta final. Até o fim do dia de hoje, a empresa deverá entregar aos credores uma série de documentos assinados com todas as condicionantes negociadas nos últimos meses, com prazos, taxas e cronograma de venda de ativos. O Estado apurou que as condições gerais já estão pré-aprovadas pelos credores e agora precisam do aval do departamento de crédito de cada instituição. A expectativa é que a reestruturação seja fechada em breve, mas ainda podem surgir divergências até

a assinatura final do acordo. A Queiroz Galvão é dona de uma das maiores construtoras do Brasil, que responde por mais da metade das receitas do grupo. Com o envolvimento na Operação Lava Jato e a crise econômica, que derrubou o volume de obras no País, o faturamento da empreiteira despencou e o pagamento das dívidas foi comprometido.

No ano passado, a construtora deixou de pagar R\$ 1,1 bilhão de empréstimos e títulos vencidos. Mas, pela estrutura de endividamento do grupo, foi necessário fazer uma ampla renegociação, afirmou o analista da agência de classificação de risco Fitch Ratings, Alexandre Garcia. Segundo fontes, como 70% das dívidas do grupo tinham algum tipo de aval da holding ou da construtora, não adiantava reestruturar apenas a dívida da empreiteira, pois o default (calote) de qualquer outro negócio levaria à execução de todo o grupo. A reestruturação inclui a dívida da construtora, da área imobiliária, do setor elétrico, da siderurgia, do braço de alimentos e do estaleiro. Ficaram de fora a empresa de exploração e produção, a de óleo e gás e a Vital, de coleta de lixo. Além da construtora, todas as companhias do grupo, dentro da reestruturação, estão com dívidas vencidas.

Mas, devido ao montante de dinheiro envolvido, nenhuma instituição fez a execução dos vencimentos. Se isso ocorresse, a empresa entraria em colapso e ninguém receberia. Blocos. No total, a renegociação envolve 14 instituições, entre bancos nacionais e estrangeiros e fundos de investimentos. Segundo fontes próximas à reestruturação, a proposta delineada entre as partes prevê três grandes blocos de taxas e prazos. O acordo da maior parte da dívida, que envolve a construtora, determina um prazo de carência de dois anos e pagamento da dívida em oito anos. Outro bloco terá carência de dois anos e prazo de 18 anos para a quitação dos valores e o terceiro, que inclui a divisão imobiliária, terá quatro anos de carência e pagamento no fim deste período, sendo possível uma nova renegociação.

Em relação ao cronograma de venda de ativos, a empresa terá até cinco anos para se desfazer de negócios na área de energia e de participações minoritárias em concessões. Boa parte desses ativos já está à venda há algum tempo. Inidônea. As discussões em torno da reestruturação foram tensas, especialmente depois que a construtora foi considerada inidônea pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A empresa já recorreu, mas o risco permanece. A medida pesou bastante entre os credores. Isso porque, se a decisão persistir, a construtora – principal geradora de caixa do grupo – não poderá participar de licitação pública e terá dificuldade de pagar as dívidas. Antes mesmo da decisão do TCU, a empreiteira já havia pedido dois terços da sua receita e demitido metade do quadro de funcionários. As poucas obras que a empresa conquistou no ano passado ainda estão longe de recompor a carteira de projetos de quatro anos atrás. A empresa e os principais bancos envolvidos na negociação – Bradesco, Itaú e Santander – não quiseram se pronunciar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: FLAVIA LIMA TAÍS HIRATA - DE SÃO PAULO****Título: Investimentos em energia quadruplicam**

Elettricidade e gás para termoeletricas são os segmentos que mais atraíram dinheiro estrangeiro no ano passado

Projeções para este ano também indicam forte interesse por essas áreas, tendo os chineses como líderes

O investimento total na infraestrutura brasileira perdeu espaço na economia nos últimos anos, mas o setor de eletricidade e gás vem conseguindo se descolar da maré ruim e atrair bilhões de dólares de estrangeiros.

Em meio à sobra de recursos globais, franceses, indianos, espanhóis, latino-americanos e principalmente chineses têm sido atraídos por negócios considerados promissores entre transmissoras e geradoras de energia, além de transportadoras de gás.

Como resultado do bom momento, os aportes externos no segmento de eletricidade e gás explodiram em 2017 e, segundo especialistas, devem manter o ritmo nos próximos anos.

Um dos casos mais emblemáticos em 2017 foi o leilão de quatro usinas da Cemig, que arrecadou R\$ 12 bilhões e foi arrematado pela chinesa Spic, a franco-belga Engie e a italiana Enel.

Dados do Banco Central mostram que, como um todo, o investimento estrangeiro direcionado ao setor produtivo (modalidade chamada de "participação no capital") cresceu 12,3% em 2017, totalizando US\$ 60,3 bilhões.

Incluídos nesse total, os recursos investidos em eletricidade e gás quadruplicaram, chegando a US\$ 12,6 bilhões. Em termos percentuais, a fatia dos investimentos no segmento passou de 5% para 21% de 2016 para 2017.

A tendência é que o setor de eletricidade siga em destaque, como mostram as intenções de investimentos na economia coletadas pelo Ministério do Desenvolvimento.

O setor de eletricidade e gás lidera os anúncios de novos projetos, com US\$ 4,2 bilhões em intenções de investimentos registradas apenas entre julho e setembro de 2017. Bem à frente do segundo colocado, o setor de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), com US\$ 3 bilhões.

Por capital de origem, os chineses só perdem para os brasileiros. Fortes economicamente, eles dominam as complexas obras de transmissão, que exigem o transporte de grandes blocos de energia por longas distâncias e precisam de muitos recursos, diz Cláudio Frischtak, diretor da Inter B Consultoria.

Além de chineses, os europeus —velhos conhecidos do setor— agora se voltam para a geração de energia renovável (solar e eólica), que vem se provando cada vez mais viável economicamente.

Para além de chineses e europeus, há uma expectativa de ampliação da gama de interessados. Renato Polizzi, diretor de investimento do Banco Modal, ressalta que indianos, como a Sterlite, latino-americanos, como a Isa, e fundos de pensão estrangeiros atuam cada vez mais no lugar de estatais e de grandes empreiteiras nacionais que dominavam principalmente os leilões de transmissão.

EFEITOS DA MP 579

Segundo especialistas, a atratividade do setor de energia se ancora em um misto de potencial do país, bons ativos e segurança regulatória, abalada pela MP 579, de 2012.

A medida foi elaborada no governo Dilma com o propósito de reduzir os custos ao consumidor em detrimento do lucro das empresas. Ela travou o setor e o seu desmonte tem sido crucial para o retorno dos investimentos, diz Marcelo Allain, ex-secretário do Programa de Parcerias de Investimento durante o governo Temer e hoje sócio da consultoria BR Infra Group.

As mudanças feitas pela ex-presidente geram inseguranças e disputas judiciais até hoje no mercado, mas quem voltou a investir mais rápido obterá retornos interessantes, diz Polizzi, do Modal.

Com a melhora do cenário regulatório, os investimentos externos devem continuar.

"Em 2018, o perfil de investimentos também deve ser de estrangeiros. Vai depender do apetite do governo para leilões", diz Ana Karina Souza, sócia do Machado Meyer.

Souza destaca leilões de transmissão e de geração, ainda no primeiro semestre. Além disso, diz ela, há ativos importantes que deverão ser colocados à venda neste ano, como a Cesp (Companhia Energética de São Paulo) e ativos da Eletrobras.

O gás também se mostra cada vez mais atrativo. "De refém da Bolívia, o país agora é produtor de gás, que vem do pré-sal. Como o pré-sal está em fase ascendente, vai ter muito gás", diz Frischtak.

Os investimentos que devem continuar sendo feitos em eletricidade e gás são importantes também porque estimulam o crescimento de longo prazo e a produtividade do país, diz Luis Afonso Lima, diretor-presidente da Sobeet, entidade cujo foco é a inserção internacional.

Em 2017, os investimentos em infraestrutura atingiram seu ponto mais baixo nas últimas cinco décadas, de 1,37% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo a Inter B.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Indústria naval quer índice de conteúdo local de 40% em edital de leilão do pré-sal

Representantes da indústria naval pediram à Agência Nacional de Petróleo (ANP) o aumento dos percentuais de conteúdo local previstos no pré-edital da 4ª Rodada de partilha do pré-sal. O órgão regulador fixou em 25% os índices para construção de plataformas, mas os estaleiros pedem que o compromisso seja elevado para 40%.

Durante audiência pública realizada ontem, para debater o pré-edital e a minuta do contrato do leilão, o Estaleiro Atlântico Sul, a Enseada Indústria Naval e o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) fizeram coro pela revisão dos percentuais. Eles alegam que o índice de nacionalização definido para a rodada, de 25% para plataformas, está abaixo do que a própria ANP reconhece como viável.

Em dezembro, durante discussões sobre a regulamentação do "waiver" (pedido de perdão pelo não cumprimento de conteúdo local), a ANP sugeriu que os percentuais de nacionalização das plataformas, para contratos vigentes, fossem ampliados para 40%. Inicialmente, a proposta era de 25%.

A mudança foi anunciada em meio à pressão da indústria nacional por índices de conteúdo local maiores. Um grupo de fornecedores, liderado pela Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), havia meses antes se articulado para ingressar com um projeto de lei para estabelecer uma nova política de conteúdo local para o setor, com exigências mais rígidas para os novos leilões.

"Um índice de 25% [para construção de plataformas] é um percentual de contratação nacional que já seria realizado mesmo se não houvesse política de conteúdo local no Brasil", disse a representante do Sinaval, na audiência, Daniela Santos.

Nos demais itens do pré-edital, foram definidos percentuais de 18% para exploração; 25% para construção de poços; e 40% para atividades de coleta e escoamento.

O diretor da ANP, Dirceu Amorelli, disse que o pedido ainda será analisado pela agência. Ele lembrou que as regras da 4ª Rodada já foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O representante do Ministério de Minas e Energia (MME), o gerente de projetos Adriano Sousa, explicou que o assunto pode ser novamente levado ao CNPE, em março. "É possível [mudança no edital], mas depende do Pedefor [Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural] mandar para o CNPE [um posicionamento]", disse Sousa.

No ano passado, o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, já havia dito que as mudanças propostas na regulamentação do "waiver" não teriam influência na definição das regras dos leilões futuros.

Ontem à noite, ao participar da posse da nova diretoria da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro), no Rio, **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, deu sinais de que continua confiante na possibilidade de fazer o leilão do excedente da cessão onerosa em junho. "Dá tempo." Coelho confirmou que deixará o cargo até 6 de abril. "Se o presidente não pedir para eu sair antes, ficarei até 6 de abril." Ele confirmou será candidato à reeleição na Câmara dos Deputados. Sobre sua substituição, ele afirmou que a decisão sobre o nome do futuro ministro será do presidente Michel Temer, mas que defende a "continuidade" da pauta atual. **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Claudio Sales, Eduardo Monteiro e Franceli Jodas****Título: Rentabilidade e custo do capital no setor elétrico**

O momento atual é marcado pelas expectativas em relação à retomada do crescimento, e um dos setores econômicos monitorado muito de perto pelos agentes de mercado é o setor elétrico. A atenção a este setor se explica pela sua alta correlação com a expansão econômica. No entanto, a resposta para a simples pergunta "o setor elétrico brasileiro é rentável?" envolve certa complexidade. É necessário ir além da superfície com outras perguntas: 1- rentável de acordo com qual indicador?; 2- Uma vez arbitrado um período de análise, há alterações ao longo do horizonte temporal selecionado?

Em busca das respostas para essas perguntas, o Instituto Acende Brasil, em parceria com a KPMG, desenvolveu um estudo sobre a rentabilidade do setor elétrico adotando como indicador o EVA ("Economic Value Added" ou "Valor Econômico Adicionado") para o horizonte de 2011 a 2016, e compreendendo 36 companhias abertas que atuam nos três elos físicos da cadeia de valor do setor (geração, transmissão e distribuição).

Essa amostra de empresas, de forma geral, foi definida com base na disponibilidade de dados por elas publicados e buscando obter cerca de 70% de representatividade em cada elo da cadeia (por exemplo, as empresas geradoras da amostra respondem por cerca de 70% da potência instalada no Brasil). Um sumário executivo do estudo está disponível em www.acendebrasil.com.br/estudos.

Em relação ao indicador, a escolha do EVA é fácil de se defender. Como o setor elétrico é intensivo em capital e tem perfil de retorno de longo prazo, as métricas mais "populares" de rentabilidade - como Lucro Líquido e Ebitda - não são capazes de capturar essa intensividade do capital. O EVA, por outro lado, inclui na sua formação o peso tanto do capital de terceiros quanto do capital próprio, e é exatamente por considerar o custo de oportunidade de ambos os tipos de capital que ele é classicamente adotado para revelar a rentabilidade de setores de infraestrutura.

Em relação aos resultados obtidos, e conforme já se esperava, foi necessária cuidadosa interpretação. Um dos primeiros cuidados tomados foi a adoção de dois cenários para análise dos resultados: "Cenário 1 - Base", que contém resultados de todas as 36 empresas, e "Cenário 2 - Base sem Eletrobras e suas subsidiárias".

Os dois cenários foram necessários para colocarmos uma lupa sobre o desempenho da Eletrobras e sobre os impactos da Medida Provisória 579 (MP 579) de 2012. A ingerência política na estatal tem levado a empresa a operar com um retorno inferior ao seu custo de capital há décadas. Isso quer dizer que seu EVA tem sempre sido negativo, mas essa condição foi agravada em 2012, quando a estatal foi forçada, pelo governo anterior, a aceitar a renovação de suas concessões de acordo com as condições destruidoras de valor da MP 579.

Por outro lado, já antecipávamos que poderia haver uma melhora dessa trajetória de EVAs negativos em 2016, quando a Eletrobras sofreu os efeitos positivos não recorrentes da contabilização tardia dos pagamentos devidos referentes aos ativos atrelados à renovação de suas concessões, também no contexto da MP 579.

A decisão de adotar os dois cenários foi acertada. Conforme a tabela, no "Cenário 1 - Base", que inclui todas as 36 empresas, o EVA foi significativamente negativo de 2011 a 2015 e apresentou valor positivo apenas em 2016, ano em que houve a contabilização das indenizações acima citadas, um evento não recorrente. Somados os EVAs anuais, a perda econômica consolidada foi de R\$ 103,5 bilhões, valor superior ao orçamento do Bolsa Família em 2017, de R\$ 80 bilhões.

Uma destruição de valor de mais de R\$ 92 bilhões foi arcada pelas maiores empresas estatais da área

Já no "Cenário 2", com a exclusão da Eletrobras e suas subsidiárias apresentou os seguintes resultados: 1- EVAs ligeiramente positivos em 2011 e 2012; 2- o início de uma série de três anos de EVAs crescentemente negativos de 2013 a 2015, como consequência da desestruturação setorial generalizada provocada pela MP 579, que acabou afetando todas as empresas, e não somente a Eletrobras; e 3- uma tímida retomada em 2016, com EVA positivo de R\$ 1,6 bilhão. A perda econômica consolidada no Cenário 2 foi bem menor: R\$ 10,9 Bilhões.

Os resultados acima permitem algumas conclusões. Em primeiro lugar, é nítido o efeito provocado pela interferência política no setor quando as estatais da Eletrobras foram forçadas a aceitar a imposição de tarifas artificialmente baixas. Basta verificar os EVAs persistentemente negativos no período que se sucedeu à MP 579 de 2012 (entre 2013 e 2015).

Em segundo lugar, vale comparar as diferenças entre os dois cenários de EVA (com e sem Eletrobras e subsidiárias): são mais de R\$ 92 bilhões de destruição de valor arcados pelas maiores estatais do setor.

Em terceiro lugar, a mensagem para os reguladores também é forte. Como mostram os resultados acima, o setor elétrico brasileiro não está "nadando de braçadas". Pelo contrário: a rentabilidade só agora parece retornar a patamares adequados de retorno sobre o capital (ou de EVA ao redor de zero), como seria esperado de setores altamente regulados. Isso quer dizer que tanto a correta calibragem dos "custos de capital regulatórios" (ou, no jargão técnico, dos "WACCs regulatórios"), na distribuição e na transmissão de eletricidade, quanto a definição de preços tetos realistas, no caso dos leilões de expansão da geração e transmissão, são cruciais para manter essas atividades econômicas atrativas e sustentáveis.

Claudio J. D. Sales e Eduardo Müller Monteiro são presidente e diretor executivo do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br).

Franceli Jodas é sócia líder de energia elétrica na KPMG (www.kpmg.com.br)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marli Olmos | De São Paulo

Título: Presidente da francesa PSA tem visão crítica sobre carro elétrico

O carro elétrico é o assunto do momento na indústria automobilística. Na Europa, Estados Unidos e China, montadoras trabalham com cronogramas apertados de lançamentos e algumas já fixaram datas para ter toda a linha eletrificada. O grupo francês PSA Peugeot Citröen também faz planos nesse sentido. Mas o presidente mundial da companhia, Carlos Tavares, tem uma visão crítica. Para ele, o automóvel elétrico transformou-se numa bandeira eleitoral em várias cidades do mundo. Mas, o pior, diz, é que nem indústria e nem governos têm, ainda, respostas para uma série de questões. A principal delas: quem vai pagar a conta?

Tavares prevê que com o fim do motor a combustão, os governos vão buscar uma forma de compensar a perda de receita obtida com impostos que incidem sobre combustíveis. Isso pressupõe, diz, uma transferência de receita pelo Poder Público. Assim, se hoje, em países como Estados Unidos, o consumidor chega a ganhar do governo bônus em torno de US\$ 8 mil na compra de um elétrico, amanhã, ele poderá pagar uma conta de energia mais cara.

Nos países desenvolvidos, autoridades públicas impõem regras cada vez mais rígidas e fixam datas para eliminar veículos a combustão das ruas. Apenas carros elétricos poderão circular em Paris a partir de 2030, por exemplo. Para o executivo, os governos deveriam igualmente revelar com antecedência como

pretendem fazer a composição orçamentária sem os impostos dos combustíveis fósseis.

Tavares também traz à tona questões levantadas por muitos especialistas, como a incoerência de estimular o veículo elétrico em regiões que geram energia em termoelétricas, que usam carvão. Sem contar o despreparo mundial para a reciclagem das baterias.

Nem todos pensam igual. Em entrevista durante o salão do automóvel de Detroit, em janeiro, a vice-presidente do programa global de veículos elétricos da General Motors, Pam Fletcher, fez ponderações nesse sentido. Segundo a executiva, baterias utilizadas em veículos podem, posteriormente, ainda abastecer outros equipamentos, como geradores. Em relação ao uso de carvão para gerar energia em alguns locais, ela disse que é mais fácil despoluir uma usina termoelétrica do que fazer o mesmo num centro urbano congestionado de veículos.

Tavares levanta a questão também da infraestrutura, indisponível ainda principalmente nos países menos desenvolvidos. "Existe uma pressão populista. Mas de nada vai adiantar empurrarmos esses veículos no mercado se o consumidor não tiver onde recarregar as baterias", destaca. Para ele, em muitas cidades do mundo, o carro elétrico "virou propaganda eleitoral".

A China está na liderança dessa mudança de matriz energética mundial e pretende ser o maior produtor de veículos elétricos do mundo. Para não ficar para trás, a Europa segue regulamentações semelhantes. A situação, afirma Tavares, empurra toda a indústria para a eletrificação e para um dilema: Quem não reagir para alcançar a China não participa do jogo, mas quem investir na nova tecnologia corre o risco de quebrar. "Os que não conseguirem se enquadrar nas regras de emissões serão punidos com multas e terão que se ajoelhar para ser comprados por outros", destaca.

Tavares é também presidente da Associação Europeia dos Fabricantes de Automóveis (Acea na sigla em inglês). Segundo ele, na Europa quase não há conversas entre a indústria e os governos a respeito do assunto. Ele diz temer, no entanto, que com a mudança algumas empresas do setor desapareçam. "Essa transição energética é apaixonante, mas o alcance de alguns objetivos vão além da capacidade de algumas de nossas empresas", diz. "É como no princípio de Darwin: quem não se enquadrar não vai sobreviver".

Aos 59 anos de idade e 35 de carreira na indústria automobilística, incluindo um emprego no grupo Renault, rival da PSA, o português Carlos Tavares assumiu o comando da PSA há quatro anos e, ao colocar a lucratividade acima da meta de vendas, transformou a companhia numa das montadoras mais rentáveis do

mundo. Com o caixa reforçado, a PSA anunciou, em março do ano passado, a compra da Opel e da Vauxhall, antigas divisões europeias da General Motors. O negócio envolveu € 2,2 bilhões.

A compra notabilizou Tavares, hoje uma das lideranças mais respeitadas pela comunidade automotiva. Com a inclusão da Opel e Vauxhall, as vendas mundiais da PSA registraram um aumento de 23,8% no terceiro trimestre de 2017 em comparação com o mesmo período de 2016. O relatório referente ao ano passado será divulgado no dia 1º de março.

Recentemente, Tavares decidiu visitar as fábricas da Opel, na Alemanha, e da Vauxhall, no Reino Unido. Concluiu que falta eficiência nessas operações. Segundo o executivo, não se trata ali de cortar empregos ou salários, que são mais baixos do que na França, mas de remodelar o sistema produtivo por meio de linhas de montagem mais compactas e um sistema logístico mais eficiente, entre outros.

Com uma fábrica instalada em Porto Real (RJ) desde 2001, Peugeot e Citroën somam uma participação pequena no mercado brasileiro (menos de 2%). Tavares reconhece que é muito pouco, mas o satisfaz o fato de o grupo francês ter revertido o prejuízo na América Latina há dois anos. Apesar disso, continua operando no vermelho no Brasil. Para ele, o resultado na região, apesar de positivo, está "vulnerável". Ele anunciou que em breve modelos Opel importados serão vendidos no Brasil.

Tavares passou dois dias no Brasil esta semana. Durante encontro com diretores e gerentes da companhia, em São Paulo, na quarta-feira, alguns o questionaram sobre a baixa participação do grupo no Brasil. O executivo repetiu o que costuma dizer aos funcionários em qualquer parte do mundo: "O importante é ter lucro e não afagar o ego do Carlos Tavares".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Diretoria da Usiminas

Com o recente acordo - de paz e de acionistas - firmado entre os controladores da Usiminas, o grupo japonês Nippon Steel & Sumitomo deverá indicar o nome do executivo que irá ocupar a vice-presidência de Finanças e Relações com os Investidores, apurou o **Valor**. Essa diretoria atualmente é ocupada por Ronald Seckelmann. Além disso, a Nippon Steel deve manter a vice-presidência de

Planejamento Corporativo e ganhar a de Tecnologia e Qualidade, hoje acumulada pelo presidente da companhia, Sérgio Leite. A indicação do novo presidente do conselho de administração também ficou a cargo da sócia japonesa. De sua parte, a Ternium, além da recondução de Leite ao comando por ao menos dois anos, ficaria com as diretorias Comercial (acumulado hoje pelo CEO) e Industrial. A nomeação do novo presidente do conselho - já definido - vai ocorrer em 25 de abril, na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acionistas. Já a diretoria executiva terá seus nomes aprovados na reunião do conselho marcada para o início de maio. Essas mudanças integram o acordo de alternância na gestão e criação de cláusula de saída para as duas sócias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Conflito societário pode afetar planos da CPFL Renováveis

A indefinição do quadro societário da CPFL Renováveis, que já se arrasta há mais de um ano, pode prejudicar os planos de crescimento da companhia, que sempre foi vista pelo mercado como uma potencial consolidadora de projetos de energias renováveis.

Atualmente, a companhia diz ter 4,3 gigawatts (GW) de potência em empreendimentos em análise, além dos seus 2,133 GW já em operação. A elétrica, porém, não está envolvida em novos projetos. Enquanto o setor de fontes renováveis está em franca expansão, atraindo novos investidores, a CPFL Renováveis tem apenas uma obra em curso: a pequena central hidrelétrica (PCH) Boa Vista, que terá 29,9 MW de potência e será localizada em Varginha (MG).

Nos últimos dois anos, não foram realizados novos leilões de fontes renováveis. Ao fim de 2017, o governo finalmente promoveu os certames, mas a CPFL Renováveis acabou não saindo vencedora.

A indefinição societária pode atrasar ainda mais essa retomada das obras, devido às dificuldades na tomada de decisão pelo seu conselho de administração.

A CPFL Renováveis é controlada pela CPFL Energia, que tem 51,6% das ações. Quando a chinesa State Grid fez uma oferta para a aquisição do controle da CPFL Energia, em 1º julho de 2017, fez também uma proposta para alienação indireta da Renováveis, de R\$ 12,20 por ação.

Um grupo de minoritários com cerca de 30% das ações da Renováveis questionou as condições da oferta. Nesta semana, a área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pediu a reapresentação da oferta, afirmando que o preço mínimo para que a operação ofereça condições igualitárias aos minoritários seria de R\$ 16,69.

A State Grid vai recorrer ao colegiado da autarquia, o que pode estender a disputa por mais alguns meses. Dependendo da decisão final da CVM, a chinesa pode levar o caso para a Justiça, arrastando uma definição para o quadro societário da companhia por um prazo ainda mais longo.

A Renováveis ainda é líder no setor no país. Até setembro do ano passado, tinha cerca de 9% do mercado de fontes alternativas. Como se trata de um mercado extremamente fragmentado, a companhia sempre foi vista como consolidadora. Nada, no entanto, tem saído do papel.

A Enel é uma geradora que já desponta para tirar a liderança da CPFL Renováveis. A companhia é líder hoje em geração solar no país, com 716 MW de projetos, além de outros 670 MW em energia eólica. A companhia também foi a grande vencedora dos leilões de dezembro, ao contratar 388 MW em projetos de energia solar e 618 MW em energia eólica.

Há também oportunidades de fusões e aquisições no mercado. A Brookfield, que tinha, até o ano passado, cerca de 5% do mercado de renováveis, está envolvida na aquisição da Renova. A gestora britânica Actis também segue crescendo por meio de aquisições. A companhia tem as empresas Atlantic, Echoenergia e Atlas Renewable, todas explorando ativos de geração solar e eólica no país.

A AES Tietê, por meio de aquisições e contratação de projetos em leilões, também se posiciona para disputar a liderança no setor de renováveis. Como parte de seu plano de diversificar as atividades, a companhia adicionou 686 MW ao seu portfólio ano passado, todos de fontes renováveis.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Engie prevê crescimento no negócio de transmissão

Maior geradora privada de energia elétrica do país, a Engie Brasil Energia (antiga Tractebel Energia) pretende ampliar sua atuação no mercado de transmissão em 2018, por meio de dois leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) previstos para este ano. A companhia estreou no segmento em licitação

realizada no fim do ano passado, quando arrematou o maior lote do certame, 1,146 mil km de extensão, no Paraná, e investimentos estimados em R\$ 2 bilhões, com deságio de 34,8% em relação à receita anual permitida (RAP) proposta no edital.

"Há leilões de energia nova e os leilões de transmissão, que deverão ser dois este ano, um no primeiro semestre e outro mais para o fim do ano. Vamos concentrar o foco nesses 'greenfields'. Isso não quer dizer que não vamos olhar um bom ativo que apareça e possa ter algum tipo de sinergia conosco. Mas diria que a consolidação da posição em transmissão é estratégica para nós", afirmou o presidente da companhia, Eduardo Sattamini, ao **Valor**. "Vamos elevar nosso portfólio para que transmissão também seja uma linha de negócios relevante para nós".

Com relação ao processo de venda dos ativos de geração de energia a carvão, a Engie aguarda para o fim de fevereiro e início de março uma proposta firme da ContourGlobal, que possui contrato de exclusividade para analisar o negócio. A ContourGlobal está fazendo a "due dilligence" (auditoria operacional e financeira) dos ativos.

De acordo com o resultado divulgado ontem, a companhia fechou 2017 com lucro líquido de R\$ 2,005 bilhões - primeira vez que a última linha do balanço da empresa superou os R\$ 2 bilhões - com crescimento 29,5%, em relação ao ano anterior. Na mesma comparação, a receita operacional líquida da empresa aumentou 8,8%, totalizando R\$ 7,01 bilhões, e o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) subiu 10,8%, para R\$ 3,52 bilhões.

Segundo Sattamini, o resultado foi motivado principalmente pelo aumento da eficiência operacional da empresa, com redução de custos e medidas de gestão de portfólio. A empresa também foi beneficiada pela queda da inflação, que diminuiu as despesas financeiras da companhia.

"O resultado foi muto bom, apesar de [ter sido] um ano com uma dificuldade grande no GSF [sigla em inglês para fator de ajuste da garantia física]. O MRE [Mecanismo de Realocação de Energia, sistema que compartilha o risco hidrológico de hidrelétricas] sofreu muito com uma hidrologia não muito favorável", disse Sattamini.

Para 2018, o executivo tem expectativa de aumento de Ebitda, oriundo das usinas adquiridas pela Engie Brasil Energia, em leilão realizado no ano passado. A empresa ganhou a concessão das hidrelétricas de Miranda, de 408 megawatts (MW), e Jaguará, de 424 MW, em Minas Gerais, que pertenciam à Cemig e tiveram o contrato encerrado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Paulo****Título: Laudo aponta contaminação da Alunorte no PA**

A confirmação pela perícia do Instituto Evandro Chagas de que houve, sim, transbordo das bacias de rejeitos da Alunorte, fabricante de alumina da norueguesa Norsk Hydro em Barcarena (PA), com contaminação do meio ambiente, pegou o governo do Pará de surpresa ontem.

Uma fonte ligada à área econômica do Estado disse ao **Valor** que rejeitava o laudo revelado durante a tarde, mas no início da noite uma nota oficial informou que o governo paraense estava articulando ações para responder ao caso. Foram envolvidas as secretarias de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), de Saúde Pública (Sespa) e de Desenvolvimento Econômico (Sedeme), além da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec) e a Defesa Civil.

O ocorrido dividiu o instituto, ligado ao Ministério da Saúde, e áreas do governo paraense. Mas o coordenador da perícia, Marcelo de Oliveira Lima, foi taxativo ao apresentar os riscos que os resíduos poderiam trazer à saúde da população na região.

Segundo o laudo, foram detectados contaminantes nas comunidades de Bom Futuro e Vila Nova. Há a possibilidade também de contaminação em Burajuba.

Em entrevista ontem, Lima foi duro nas críticas. "Ao contrário do que a empresa diz, as bacias transbordaram, sim, porque não suportaram as chuvas", disse o especialista. "Apesar de ela dizer que teria como tratar tudo, eram efluentes demais para sua capacidade."

A análise das águas que tomaram a área da própria empresa mostraram presença alta de sódio e alcalinidade elevada, fruto do uso da soda cáustica, aplicada no beneficiamento da bauxita. Resultado semelhante foi constatado em tubo de lançamento chamado de "clandestino" pelo especialista e na comunidade de Bom Futuro. O nível de alumínio e metais tóxicos como o cromo e o chumbo também surpreenderam, disse.

"A previsão é que as chuvas só aumentem e a empresa está com o transbordo de efluentes ultrapassando o limite", afirmou Lima. "Há comunidades em risco hoje. Não sabemos o que pode ocorrer com intensificação das chuvas e recebemos denúncias de que ainda há transbordo."

A sugestão é que, ao menos até a diminuição das chuvas, a população local receba água potável de outras origens que não poços artesianos, como ocorre atualmente. Também seria necessário, declarou Lima, um plano de emergência para avaliar a qualidade das águas com alertas constantes.

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) devem se pronunciar hoje. Procurada, a Hydro disse que "irá analisar o material para se pronunciar". Em entrevista ao **Valor** na segunda-feira, a companhia garantiu que a capacidade das bacias havia sido suficiente e que investiu R\$ 1 bilhão para implantar um novo e melhor sistema de contenção no ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Ultra vê crescimento mais lento no 1º tri

A velocidade de recuperação da economia brasileira neste primeiro trimestre está abaixo do esperado e deve afetar a evolução do resultado operacional da Ipiranga, braço de distribuição de combustíveis do grupo Ultra, no primeiro trimestre. No entanto, não há motivo para revisar o cenário traçado para esse negócio em 2018. A estimativa é de crescimento de dois dígitos do resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da Ipiranga, de acordo com o diretor financeiro e de relações com investidores da Ultrapar, André Pires.

"O ano está começando um pouco mais devagar, mas nada que nos leve a acreditar que o cenário traçado para 2018 não vai se confirmar", disse Pires, em teleconferência com analistas. A Ipiranga seguirá acelerando a abertura de postos, com impacto positivo nos volumes vendidos de combustível. "Isso deve permitir que a Ipiranga mantenha ritmo de crescimento [do Ebitda] compatível a anos anteriores a 2017", afirmou o diretor.

No ano passado, o Ebitda da Ipiranga subiu apenas 2%, a R\$ 3,14 bilhões, abaixo da expectativa inicial da holding. Mudanças na precificação dos combustíveis e o efeito da crise nos volumes vendidos no mercado explicam esse desempenho.

Na Oxiteno, braço químico do Ultra, o Ebitda do primeiro trimestre deve ficar em linha com o reportado no mesmo intervalo do ano passado, sem considerar efeitos extraordinários daquele período. No ano, a expectativa é de evolução positiva dos resultados, com a recuperação do volume vendido a partir da melhora da economia doméstica e o início de operação da nova fábrica

instalada em Pasadena, nos Estados Unidos. No ano passado, o Ebitda da empresa recuou 36%, para R\$ 295 milhões.

Na Ultragaz, a queda de volume verificada no quarto trimestre, decorrente do aumento dos preços do gás liquefeito de petróleo (GLP) e da redução desse mercado, deve se manter no primeiro trimestre. No intervalo, o volume total vendido pela empresa de distribuição de GLP totalizou 426 mil toneladas, equivalente a baixa de 3%, com retração nos segmentos envasado e granel. Para 2018, a expectativa é de Ebitda crescente.

Conforme Pires, o grupo segue empenhado em obter a aprovação da compra da Liquigás pela Ultragaz, que deve ser julgada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no fim do mês. Caso o negócio não se concretize, o contrato firmado com a Petrobras prevê o pagamento de multa de aproximadamente 10% do valor do negócio - ou o equivalente a cerca de R\$ 270 milhões.

Para a Ultracargo, o grupo projeta impacto positivo do crescimento na movimentação de graneis líquidos nos resultados do trimestre em curso e, na rede de farmácias Extrafarma, a previsão é de crescimento do Ebitda no ano - com pressão nas margens no primeiro trimestre decorrente do plano de expansão orgânica. A Extrafarma encerrou o ano passado com 394 lojas, equivalente a expansão de 25%, com 100 aberturas e 21 fechamentos em 12 meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini | De Brasília

Título: Conselheira do Cade tenta viabilizar compra da Liquigás pela Ultragaz

A conselheira Polyanna Vilanova está tentando viabilizar um acordo para aprovar no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a compra da Liquigás (controlada pela Petrobras) pela Ultragaz (grupo Ultra), apurou o **Valor**. O acordo inclui a venda de ativos e compromissos comportamentais por parte da empresa da Ultrapar.

Polyanna fez diversas reuniões com as partes envolvidas nos últimos 40 dias em busca de uma solução. O clima segue de reprovação na autoridade antitruste diante da elevada concentração resultante do negócio, mas uma reviravolta em decorrência da movimentação de Polyanna pode acontecer.

A tarefa não é fácil. O caso preocupa a autoridade antitruste por envolver as duas empresas líderes do mercado. A Superintendência Geral (SG) do Cade

chegou a dizer que considerava "a reprovação da operação" como "a medida mais adequada para o presente caso" ao emitir seu parecer sobre o processo. Em âmbito nacional, a participação conjunta observada em 2016 alcança 43,2%", apontou.

Para ser aprovado, o negócio precisa de pelo menos quatro votos a favor, o que forma uma maioria no plenário composto por sete conselheiros. Uma incógnita é o voto da conselheira Paula Azevedo, que participará da sua primeira sessão no posto na quarta-feira.

Além do tempo curto, o negócio ainda tem contra si terceiros interessados que tentam demonstrar que não há medida viável para a aprovação do negócio. Entre eles estão a Copagaz e a Supergasbras, concorrentes das duas empresas.

Polyanna conta a seu favor com o desempenho como relatora da compra da Votorantim Siderurgia pela ArcelorMittal. No caso, a autarquia autorizou a junção das duas empresas em troca da venda de ativos e compromissos comportamentais, como a manutenção de determinado nível de produção. A operação foi aprovada no início de fevereiro, mas dois conselheiros se posicionaram contra o negócio: João Paulo Resende e Cristiane Alkmin.

Cristiane é a relatora original do caso que analisa a operação no setor de gás. Entretanto, as empresas não conseguiram chegar a um acordo que agradasse a todos. Assim, a opção foi partir para o plano B. Nele, Polyanna apresentaria um voto divergindo de Cristiane na sessão marcada para quarta-feira.

Quando o Cade julga uma fusão ou aquisição (ou ato de concentração, como é chamado no jargão antitruste), operações podem ser aprovadas com ou sem restrições. No caso da imposição de remédios concorrenciais pelo Cade, há a possibilidade da assinatura de um Acordo de Controle em Concentração.

Nesses acordos, as sanções são negociadas com a empresa e resultando em um termo de entendimento entre companhias e operação antitruste. A vantagem é que as decisões tomadas assim tendem a ser mais efetivas, já que foram aceitas pelas empresas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Lucro da Comgás sobe

A Comgás apurou lucro líquido de R\$ 182,2 milhões no quarto trimestre do ano passado, aumento de 36,3% frente ao mesmo intervalo de 2016, refletindo, entre outros fatores, o maior volume de gás distribuído e o crescimento da receita líquida. O lucro líquido normalizado pela conta corrente regulatória, que, segundo a companhia, representa de maneira mais adequada seus resultados, foi de R\$ 207,6 milhões no trimestre, aumento de 30,4%. A receita líquida cresceu 13% no trimestre, para R\$ 1,496 bilhão, refletindo o aumento das tarifas definidas em maio, além do aumento do volume de gás distribuído. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) somou R\$ 374,9 milhões no trimestre, alta de 21,7%. O Ebitda normalizado também pela conta corrente regulatória somou R\$ 416,1 milhões, 16% maior.

Resultado da Cosan

A Cosan S.A. Indústria e Comércio fechou o quarto trimestre de 2017 com lucro líquido de R\$ 686,4 milhões, alta de 274% em relação ao ganho de R\$ 183,3 milhões verificado no mesmo período de 2016. Os dados são consolidados, pro forma, e incluem a Raízen. A receita operacional líquida cresceu 9,6% na mesma base de comparação, totalizando R\$ 13,2 bilhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) aumentou 62,1% entre os intervalos, para R\$ 2,19 bilhões. Pelo critério ajustado, que exclui efeitos pontuais na Raízen Combustíveis, Raízen Energia, Comgás e Cosan Corporativo, a empresa encerrou o trimestre com prejuízo líquido de R\$ 101,4 milhões, ante lucro de R\$ 221,8 milhões entre outubro e dezembro de 2016.

MME / ASCOM .